



Professora Dr^a Olgamir Amancia Ferreira, presidente do FORPROEX e decana de extensão da UnB.

ENTREVISTA

EXTENSÃO PASSA A SER OBRIGATÓRIA NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM 2023

Por Sandrine Souza

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), as universidades públicas e privadas devem destinar, no mínimo, 10% do total da carga horária do currículo da graduação para atividades de extensão. O prazo para reformulação do currículo se encerra em dezembro deste ano.

A curricularização da extensão tem natureza política, cultural, científica e interdisciplinar, orientada para a democratização da universidade a partir da reforma dos currículos de graduação. Neste processo, cabe a cada universidade, na relação com os seus territórios identitários, construir o percurso institucional para incluir a extensão no currículo, levando em conta as especificidades das áreas de conhecimento.

Na prática, a partir da curricularização da extensão, os(as) estudantes universitários de qualquer curso vão experimentar vivências em comunidades, convivendo com demandas reais da sociedade no seu percurso formativo. A extensão deixa de ter caráter complementar e passa a integrar a formação universitária, como o ensino e a pesquisa. O objetivo desta mudança é garantir uma formação universitária mais cidadã, ética e solidária, respaldada no tripé constitucional: ensino-pesquisa-extensão.

A extensão universitária prevê a produção de conhecimento engajado e comprometido com a transformação social, dentro de uma dinâmica de relacionamento dialógico com as demandas da sociedade. A partir da extensão, as universidades cumprem, de fato, a sua função social.

Para falar sobre os desafios e possibilidades da implementação da extensão nos currículos de graduação, a Revista Extensão convidou a Profa. Dr^a Olgamir Amancia Ferreira. Presidenta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, Decana de Extensão da UNB, coordenadora do COEX/ANDIFES, e extensionista há mais de 15 anos, a professora Olgamir Amancia fala dos indicadores para avaliação da curricularização e destaca a necessidade de uma política de estado para financiamento da implementação da extensão no currículo.

Confira a entrevista!

"A convivialidade com outros setores da sociedade permitem o conhecimento da cultura e a produção de conhecimento engajado, vinculado à realidade, ou seja, oportuniza que a instituição universitária cumpra a sua função social. "

Revista Extensão - Professora Olgamir, compartilha com a Revista Extensão como tem sido a sua trajetória na extensão universitária.

Professora Olgamir - Como professora da educação superior, atuo como coordenadora de projetos de extensão há mais de 15 anos, com os temas de educação ambiental e direitos humanos. Sempre defendi a formação integral dos sujeitos, a formação crítica e transformadora voltada para a emancipação humana. Nesse sentido, uma formação acadêmica interessada, vinculada às demandas da sociedade, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Não há como realizar esse processo formativo sem a extensão. Em 2016, assumi, na Universidade de Brasília, a tarefa de gerir a extensão, no cargo de Decana de Extensão da UNB, que é o mesmo que Pro-reitora em outras universidades, tornei-me então, membro do Forproex. Em 2018, fui eleita coordenadora da região Centro Oeste e passei a compor a coordenação nacional do Fórum. Ainda nesse período, representando a UNB, passei a compor a Comissão Permanente de Extensão da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Em 2019, fui eleita vice presidenta do Forproex e assumi também a coordenação do COEX/Andifes. Em 2020, fui eleita presidenta do Forproex, tarefa que assumo até o momento, assim como continuo coordenando o COEX/Andifes.

Revista Extensão - O que demarca a extensão universitária? E qual a importância da relação da universidade com outros setores da sociedade?

Professora Olgamir - O que demarca a extensão é a dialogicidade, a interação para além dos limites da universidade reconhecendo que há outras formas de conhecer e que a interação entre conhecimento científico e populares, com envolvimento concreto de estudantes com grupos populacionais diversos, possui caráter transformador, impacta a sociedade externa e interna à universidade. Outra característica fundamental é o potencial de ruptura da extensão em relação ao modelo fragmentado, não dialético, tão presente nas instituições de educação superior. A convivialidade com outros setores da sociedade permitem o conhecimento da cultura e a produção de conhecimento engajado, vinculado à realidade, ou seja, oportuniza que a instituição universitária cumpra a sua função social.

"A curricularização da extensão ou inserção curricular da extensão é um processo Acadêmico, de natureza política, cultural, científico e interdisciplinar que objetiva a democratização da universidade."

Revista Extensão - O que é a curricularização da extensão? E de que maneira possibilita o cumprimento da missão institucional da universidade?

Professora Olgamir - A curricularização da extensão ou inserção curricular da extensão é um processo Acadêmico, de natureza política, cultural, científico e interdisciplinar que objetiva a democratização da universidade. Persegue a construção de um novo lugar da educa-

ção superior, tornando-a comprometida com um projeto de desenvolvimento inclusivo para o país. Efetivamente implica na ruptura com a fragmentação, com o modelo catedrático, autoritário, verticalizado e consolida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

"...fazer com que a universidade se aproprie da epistemologia sobre extensão desenvolvida nestes mais de 30 anos pelo Forproex, é o grande desafio no atual contexto."

Revista Extensão - É perceptível que a comunidade acadêmica ainda tem dúvidas sobre o que é extensão universitária e suas diretrizes. Isso pode impactar na inserção da extensão nos currículos?

Professora Olgamir - Certamente que há ainda muitas dúvidas sobre o que concebemos como extensão universitária, até porque antes da concepção dialógica em vigor prevaleceu concepções pautadas na relação unilateral universidade-sociedade. Concepções que entendiam que o conhecimento válido é o produzido pela academia e que cabia a esse espaço do saber definir o que produzir e aplicar o resultado unilateralmente para os grupos populacionais em diferentes territórios. Sem conhecer os fundamentos e as diretrizes da concepção dialógica de extensão, que permeiam a política nacional de extensão e que é a base para a resolução 7, do PNE(2018), corremos um sério risco de continuar atuando de forma fragmentada e nos orientando por concepções de extensão de caráter mercantil ou assistencialista, que estão longe de se constituírem como atividade acadêmica. Penso que para a implantação da inserção curricular da extensão, superar essas incompreensões que

limitam e desqualificam a extensão e a remetem a "qualquer coisa" que se faça e que não se encaixa na caixinha do ensino ou da pesquisa, é determinante. Reconhecê-la como dimensão acadêmica imprescindível à qualificação profissional, conhecer os fundamentos que a caracterizam tais como a dialogicidade, a interdisciplinaridade, a interação transformadora com os sujeitos internos e externos à universidade reconhecendo-os como produtores de conhecimentos e a indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa. Ou seja, fazer com que a universidade se aproprie da epistemologia sobre extensão desenvolvida nestes mais de 30 anos pelo Forproex, é o grande desafio no atual contexto.

Revista Extensão - Quais são os caminhos percorridos, na reformulação dos PPCs, pelas Instituições de Ensino Superior para inserir a extensão no currículo?

Professora Olgamir - Não há um caminho único, porque cada universidade possui características próprias e, sustentadas em sua autonomia, forjam o seu projeto de desenvolvimento institucional que é base para a proposta de inserção curricular da extensão, assim como os fundamentos e diretrizes da extensão. Mas, em geral, as instituições procuram trabalhar de forma articulada com os demais setores da universidade, por meio de comissões e construção de planejamento com a efetiva participação da comunidade acadêmica. As normativas de caráter conceitual e de orientações político-pedagógicas, assim como as de caráter operacional (aplicação e adequação aos sistemas de gestão), são construídas e acompanhadas por comissões conjuntas do ensino de graduação e da extensão, com largo apoio da pesquisa. Isso expressa o entendimento que esta é uma tarefa de toda a universidade, pois este processo implicará em transformações estruturantes, ou seja, na mudança de paradigma de universidade.

Revista Extensão - O FORPROEX possui indicadores para avaliar os impactos da política de curricularização da extensão?

Professora Olgamir - Sim, o Forproex tem estudos bastante aprofundados sobre a avaliação da extensão. A partir da criação do Fórum em 1987, iniciam-se as reflexões sobre a extensão e a necessidade de se criar processos avaliativos capazes de apreender a complexidade dessas atividades, que não podem ser reduzidos a indicadores de ordem meramente quantitativa. Em 1999, foi criado um GT, posteriormente transformado em Comissão Permanente de Avaliação, que promoveu, a partir de amplo debate e das experiências desenvolvidas nas diferentes instituições, a sistematização de 58 indicadores de avaliação, que foram posteriormente melhor qualificados e reduzidos a 52. Estes indicadores foram organizados em 5 dimensões, quais sejam: política de gestão; infraestrutura; plano Acadêmico; relação universidade e sociedade e produção acadêmica. Em 2019, na expectativa de assegurar uma leitura mais aproximada da extensão no território nacional, após amplo debate dos pro-reitores e pro-reitoras de extensão, deliberou-se por priorizar 15 entre os 52 indicadores que compunham o banco de dados. Em 2020, o diálogo sobre os indicadores se intensificou, passando a compor também as discussões com o Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito dos estudos feitos pelo Tribunal para avaliação de gestão e desempenho das IFES. Nesse contexto, tendo o COEX/Andifes, como porta-voz dessa interlocução com o TCU, o Forproex apresentou os 15 indicadores priorizados anteriormente. Em decorrência desse processo, aprovou a indicação de 5 destes 15 indicadores, que passaram a ser referência prioritária para avaliação da extensão nas universidades da base do Fórum. O esforço em construir indicadores próprios, assim como o diálogo em diferentes esferas certamente repercutiu sobre a recente deci-

são do TCU, expressa no Acórdão n. 461, publicado em 9 de março/22, no qual 08 (oito) dos 15 indicadores apresentados pelo Fórum foram acolhidos no texto como referenciais para a avaliação de desempenho e gestão das Universidades Federais.

"Não há um caminho único, porque cada universidade possui características próprias e, sustentadas em sua autonomia, forjam o seu projeto de desenvolvimento institucional [...] é uma tarefa de toda a universidade, pois este processo implicará em transformações estruturantes, ou seja, na mudança de paradigma de universidade."

Revista Extensão - Muitas ações de extensão demandam investimento financeiro em atividades, deslocamentos, aquisições de materiais. Há alguma previsão de fomento para as ações de extensão curricularizadas?

Professora Olgamir - Com a inserção curricular da extensão, esta atividade finalística, conforme definido pela Lei 9394/96 (LDB), assume centralidade, deixa de ser atividade opcional, de alguns poucos, e torna-se atividade obrigatória na educação superior em pelo menos 10% do currículo dos cursos de graduação. Nessa perspectiva, a partir de 2023, conforme define a Resolução 7, CNE todo estudante que ingressar na educação superior em algum momento de sua trajetória acadêmica terá que fazer atividade de extensão em pelo menos 10% dos componentes curriculares de seu curso, isso implica no necessário financiamento, não por meio de editais que estimulam concorrên-

cia, contempla uns em detrimento de outros, mas por uma política de estado. Nesse sentido, o Forproex tem entabulado discussões com a Andifes, por meio do Colégio de Extensão da Andifes (COEX), com a Abruem e com o MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU), na expectativa de assegurar o financiamento da extensão. Essa é a ação prioritária em relação ao financiamento, mas, paralelamente, outras iniciativas têm sido tomadas como o diálogo com as Fundações de Amparo à Pesquisa em diferentes localidades, mostrando a potencialidade da extensão na organização da pesquisa, o que tem oportunizado o surgimento de diferentes editais por meio destas instituições.

"...implica no necessário financiamento, não por meio de editais que estimulam concorrência, contempla uns em detrimento de outros, mas por uma política de estado."

"Como professora da educação superior, atuo como coordenadora de projetos de extensão há mais de 15 anos, com os temas de educação ambiental e direitos humanos. Sempre defendi a formação integral dos sujeitos, a formação crítica e transformadora voltada para a emancipação humana."

